

PARECER N° , DE 2006

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2005, que altera os Arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões.

RELATOR: Senador ALOIZIO MERCADANTE

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei integrante da denominada “Reforma Infraconstitucional do Poder Judiciário”, bem como do “Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano”, endossado pelos representantes dos três Poderes da República e encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

O Projeto tem como objetivo alterar os artigos 504, 506, 515 e 518 do Código de Processo Civil, para modificar os procedimentos relativos à interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento do recurso de apelação e a outras questões, de modo a restringir o uso de recursos protelatórios em nosso sistema judicial e aumentar a celeridade da prestação jurisdicional.

O Projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, em votação terminativa, antes de ser encaminhado a esta Casa.

Foram apresentadas duas emendas ao Projeto nesta Comissão, ambas de autoria do Senador Arthur Virgílio.

II – ANÁLISE

Quanto à constitucionalidade, a proposta não apresenta qualquer vício, uma vez que é de competência privativa da União legislar sobre direito processual civil, é legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (Arts. 22, I, 48 e 61, *caput*, da Constituição Federal).

Não há tampouco qualquer obstáculo no que tange à juridicidade do Projeto, restando observados os princípios do nosso ordenamento jurídico. Por sua vez, a técnica legislativa empregada no Projeto de Lei em exame segue os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, a proposta é de suma importância para a continuidade do processo de reforma do sistema de prestação jurisdicional brasileiro, uma vez que visa a assegurar o direito dos jurisdicionados a um processo judicial com “duração razoável”, nos termos previstos pelo Artigo 5º, Inciso LXXVIII, da Constituição Federal.

Inicialmente, a proposição promove uma importante alteração na redação do Artigo 504 do Código de Processo Civil. Atualmente, o Código utiliza mais de uma expressão para tratar de atos semelhantes: ora referindo-se a “despacho”, como no Artigo 338 e no parágrafo único do Artigo 930; ora referindo-se a “despacho de mero expediente”, como é o caso do artigo 504. Tal confusão possibilita uma interpretação restritiva do disposto no referido artigo do diploma processual, interpretação esta que ensejava a adoção de recursos meramente protelatórios.

O Projeto acaba com a possibilidade dessa interpretação. Com isso, além de dar mais precisão à redação do Artigo 504, impede a interposição de recursos contra todo e qualquer despacho - assim entendidos os atos praticados pelo juiz para impulsionar o processo. Em especial, impede que sejam interpostos recursos perante os despachos que não possuem qualquer conteúdo decisório, evitando, assim, a proposição de recursos meramente protelatórios e que não produzem qualquer efeito substantivo no bojo do processo judicial.

No mesmo sentido, o Projeto corrige outra imperfeição contida no texto do diploma atual, modificando a redação do inciso III, do Artigo 506. Neste artigo, a expressão “súmula” é utilizada com uma conotação diversa daquela usualmente adotada em nosso

universo jurídico, dando margem a mais uma confusão. O novo texto esclarece que a contagem do prazo para a interposição do recurso se dá a partir da publicação do dispositivo do acórdão no órgão oficial e não da publicação da súmula, como consta atualmente, termo que na verdade designa o entendimento consolidado dos tribunais superiores sobre determinadas matérias.

Outra correção é almejada pela mudança proposta para o parágrafo único, do Artigo 506, uma vez que a ressalva ali contida é mais condizente com o dispositivo inserido no §2º, do Artigo 525, do que com aquele constante do *caput* do Artigo 524, como consta no texto atual.

Já a proposta de adicionar um §4º ao Artigo 515, grata inovação para o nosso ordenamento jurídico, tem como objetivo permitir aos tribunais que determinem a realização ou a renovação do ato processual necessário para sanar eventual nulidade do processo. Na sistemática atual, uma vez detectada a nulidade, o processo é remetido ao juízo de primeira instância, que fica incumbido de realizar os atos necessários para sanar a nulidade e, somente após tê-lo feito, remete o processo de volta ao tribunal para que retome o seu andamento normal. A aprovação do projeto evitará tal remessa, permitindo que a nulidade seja sanada diretamente pelo tribunal, assegurando maior celeridade à tramitação da ação.

Finalmente, o projeto acrescenta um parágrafo ao artigo 518 do Código de Processo Civil, com o intuito de impedir a propositura de recurso de apelação contra decisão que esteja em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Esta medida busca solucionar o problema decorrente da interposição excessiva e repetitiva do recurso de apelação em face de decisões que estejam em conformidade com o entendimento pacífico e majoritário dos tribunais superiores, caso em que o inconformismo do recorrente, muitas vezes, é motivado apenas pelas benesses oriundas de eventual efeito suspensivo atribuído ao mencionado recurso. De fato, o que faz o novo parágrafo é adiantar, no trâmite processual, algo que já é permitido pelo Art. 557, Do Código de Processo Civil, *in verbis*:

“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou

com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.”

Como se pode observar, o referido artigo é ainda mais abrangente, pois não se limita às decisões que tratem de temas já sumulados pelos tribunais superiores, tratando também dos atos judiciais que se confrontem com súmulas ou com a jurisprudência dominante de tribunais de justiça estaduais, de tribunais superiores ou do STF. A grande inovação contida na proposta é a antecipação deste juízo para a primeira instância, fortalecendo os juízes que ali militam e salvando, no decorrer do processo judicial, o tempo que seria necessário para enviar os autos ao respectivo tribunal de justiça.

Ao restringir este impedimento à interposição das apelações propostas em face das decisões que reiterem entendimento consagrado em súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, o Projeto dá um grande passo na direção da economia processual sem, no entanto, restringir a oxigenação e a renovação de idéias em nossas cortes. Isso porque a propositura não impede que os magistrados decidam contrariamente ao entendimento sumulado, nem que tais decisões sejam remetidas, via recurso, às cortes superiores, inclusive para eventual revisão e reformulação dos entendimentos sumulados.

Por fim, duas foram as emendas apresentadas pelo ilustre Senador Arthur Virgílio. A Emenda de nº 01 visa à supressão da alteração proposta para o Art. 504 do Código de Processo Civil. Como já explicitado acima, esta modificação busca desfazer uma confusão terminológica presente hoje no diploma processual. Apesar da diversidade de sentidos atribuídos termo “despacho”, a Emenda proposta não merece ser acolhida, uma vez que o próprio diploma processual define quais os atos deverão ser identificados com o termo “despacho”, o mesmo ocorrendo com os termos “sentença”, “decisão interlocutória” e “atos meramente ordinatórios”, conforme o texto do Art. 162, ora transcrito:

“Art. 162. Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

§ 1º Sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.

§ 2º Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.

§ 3º São despachos todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma.

§ 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)”

Assim, o ordenamento divide os atos decisórios do juiz em dois grupos, atribuindo aos atos decisórios o termo “sentença”, quando estes coloquem fim ao processo e “decisões interlocutórias”, quando os mesmos decidam questões incidentais ao longo do processo. Por exclusão, o ordenamento atribuiu o termo “despacho” aos atos sem conteúdo decisório praticados pelo magistrado. Portanto, denomina-se despacho o ato do magistrado que seja desprovido de conteúdo decisório e que objetive o impulso processual ou ainda, a resolução de uma pretensão unilateral, sem qualquer influencia sobre a lide ou sobre a esfera jurídica da outra parte.

A manutenção da classificação dos despachos em decisórios e de mero expediente, permitiria que um mesmo ato de conteúdo decisório fosse enquadrado, nos termos da classificação prevista no artigo 162, em dois grupos distintos, ou seja, o mesmo ato poderia ser denominado “despacho” e “decisão interlocutória”, o que tornaria ilógico o dispositivo mencionado, tendo em vista o seu intuito de classificar os atos do magistrado em grupos distintos.

Nesse sentido, segue o entendimento do Ilustre Desembargador José Carlos Barbosa Moreira¹:

*“Em resumo: todo e qualquer ‘despacho’ em que o órgão judicial **decida** questão, no curso do processo, **pura e simplesmente não é despacho**, ainda que assim lhe chame o texto: encaixando-se no conceito de decisão interlocutória (art. 162, §2º), **ipso facto** deixa de pertencer à outra classe. Absurdo lógico seria conceder-lhe lugar **em ambas**.”*

¹ Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol. V: arts. 476 a 565. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 245.

Diante das incorreções presentes no Código, a proposta de alteração contida no Projeto ora em análise objetiva corrigir o equívoco contido no artigo 504, motivo pelo qual a Emenda nº 01 deve ser rejeitada.

A Emenda de nº 02 modifica a redação proposta para o Art. 518, §1º, restringindo a hipótese na qual o juiz não deve receber o recurso de apelação para aquelas em que a sentença não estiver em conformidade **apenas** com súmula do Supremo Tribunal Federal. Desta forma, as súmulas do Superior Tribunal de Justiça seriam excluídas do projeto e não poderiam servir de fundamento para o não recebimento do recurso de apelação.

O autor da emenda argumenta que apenas as súmulas do Supremo Tribunal Federal possuem efeito vinculante, conforme dispõe o artigo 103-A da Constituição Federal, de modo que o projeto não pode atribuir ao juiz poderes para não receber o recurso de apelação que contrarie súmula do Superior Tribunal de Justiça. Tais argumentos são incompatíveis com o projeto em discussão e com o ordenamento vigente.

Ao afirmar que a proposta “adota a força vinculante das súmulas do STF”, nos termos previstos pela Constituição Federal, o autor da Emenda comete um equívoco, pois a proposta não guarda qualquer relação com as súmulas previstas no artigo 103-A da Constituição Federal. As súmulas previstas no mencionado artigo dependem da aprovação de dois terços dos membros da Corte Suprema e possuem efeito vinculante sobre o Poder Judiciário e os demais órgãos da administração pública, enquanto aquelas mencionadas na proposta dependem de maioria simples para sua aprovação, não possuem efeito vinculante e são editadas por todos os tribunais superiores, com o objetivo de orientar as decisões dos magistrados.

Ressalte-se, ainda, que a proposta não cria nova súmula, mas apenas se refere àquelas já existentes. Além disso, o projeto não vincula os magistrados, garantindo a liberdade para que os mesmos decidam contrariamente ao entendimento sumulado, o que garante a oxigenação das teses predominantes nos tribunais. O que a proposta permite, como já foi dito, é a antecipação dos efeitos já prescritos no Art. 557 do Código de Processo Civil.

Diante disso, entendemos que a Emenda nº 02 merece ser rejeitada.

III – VOTO

Por todo o exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2005**, com a **rejeição das duas emendas apresentadas**.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006.

, Senador

, Presidente